EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA: UM CAMINHO PARA A PERMANÊNCIA, SAÚDE E CIDADANIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

VALDILENE ALINE NOGUEIRA VILAS BOAS

RESUMO
A presente investigação analisa o papel da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de São Paulo sob uma perspectiva crítico-interpretativa fundamentada na Educação Popular. O estudo discute como a disciplina, frequentemente negligenciada ou reduzida à recreação e ao lazer descontextualizado, constitui-se como uma ferramenta essencial de inclusão social, humanização e reparação histórica de direitos para o público trabalhador e idoso da metrópole. A metodologia organiza-se como um ensaio teórico baseado na análise documental dos Currículos da Cidade (SME-SP) e em uma revisão bibliográfica pautada no itinerário de Paulo Freire, investigando "temas geradores" extraídos da realidade dos estudantes, como a pendularidade urbana e o cansaço laboral. Os resultados demonstram que a prática corporal orientada promove expressivos benefícios fisiológicos, atuando na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e na preservação da saúde musculoesquelética de alunos submetidos a trabalhos pesados. Conclui-se que a Educação Física deve ser garantida como um direito à cidadania e à cultura corporal de movimento, rompendo a lógica do "corpo-máquina". Para a plena realização desse potencial emancipador, ressalta-se a urgência de investimentos do poder público municipal na infraestrutura e nos equipamentos das escolas no período noturno, promovendo a dignidade, a autonomia e a transformação social dos sujeitos na metrópole paulistana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Educação Física; Inclusão Social; Saúde do Trabalhador; Currículo da Cidade.

ABSTRACT
This investigation analyzes the role of Physical Education in Youth and Adult Education (EJA) in the city of São Paulo from a critical-interpretative perspective based on Popular Education. The study discusses how the discipline, often neglected or reduced to mere recreation and decontextualized leisure , constitutes an essential tool for social inclusion, humanization, and the historical reparation of rights for workers and the elderly in the metropolis. The methodology is organized as a theoretical essay based on the documentary analysis of the City Curricula (SME-SP) and a literature review guided by Paulo Freire's itinerary, investigating "generative themes" drawn from the students' reality, such as urban commuter mobility and work-related fatigue. The results demonstrate that guided bodily practice promotes signifi-i cant physiological benefits, acting in the prevention of chronic non-communicable diseases and in the preservation of musculoskeletal health of students subjected to heavy labor. In conclusion, Physical Education must be guaranteed as a right to citizenship and movement body culture, breaking the logic of the "body--machine". For the full realization of this empowering potential, it emphasizes the urgency of investments by the local government in the infrastructure and equipment of schools during the night shift, promoting the dignity, autonomy, and social transformation of individuals in the São Paulo metropolis.

KEYWORDS: Youth and Adult Education; Physical Education; Social Inclusion; Worker's Health; City Curriculum.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Longe de ser apenas uma "segunda chance" mecânica, a EJA se constitui como uma política pública de reparação social que busca garantir direitos educativos a quem foi marginalizado, fundamentando-se no dever do Estado com a educação, conforme a Constituição Federal (1988), buscando garantir direitos educativos a uma parcela da população que foi historicamente marginalizada pelos sistemas formais de ensino.
A singularidade da EJA reside, primordialmente, no perfil de seu público trabalha-

dor. Diferente do ensino regular, onde o foco está no desenvolvimento infantojuvenil, o aluno da EJA já possui uma inserção (ainda que precária) no mundo do trabalho e carrega consigo uma bagagem de experiências de vida, saberes práticos e responsabilidades familiares que não podem ser ignorados no processo de ensino aprendizado. Essa realidade impõe a necessidade de um currículo flexível e de uma metodologia que dialogue com a cultura e a vivência desses sujeitos, transformando a sala de aula em um espaço de troca horizontal e não apenas de transmissão de conteúdo.

Além disso, é impossível compreender a EJA sem olhar para o seu histórico de exclusão escolar. O abandono ou a não entrada na escola, na maioria das vezes, não é uma escolha individual, mas o resultado de barreiras socioeconômicas, como a necessidade precoce de trabalhar, a falta de transporte ou a precariedade das instituições de ensino em zonas rurais e periféricas. Portanto, o educador da EJA enfrenta o desafio constante de lidar com as marcas dessa exclusão, trabalhando para reconstruir a autoestima desses alunos e para que eles se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de intervir criticamente na sociedade.

No cenário da Educação de Jovens e Adultos, a Educação Física frequentemente ocupa um lugar de marginalidade curricular, sendo atravessada por uma visão reducionista que a limita ao status de mera recreação ou momento de lazer. Essa percepção equivocada ignora que, para o aluno trabalhador, o corpo não é apenas uma ferramenta de produção, mas um território de cultura, expressão e saúde. Muitas vezes, a disciplina é negligenciada tanto pela gestão escolar, que a vê como um componente secundário diante das disciplinas "intelectuais", quanto pelos próprios alunos, que devido ao cansaço físico da jornada de trabalho, podem inicialmente não compreender o valor pedagógico do movimento e da cultura corporal.

Essa problematização se aprofunda com a dispensa facultativa das aulas, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) a quem trabalha mais de seis horas ou tem filhos, que acaba sendo interpretada como um desestímulo à participação. Sem uma proposta pedagógica que dialogue com a realidade do adulto, a Educação Física na EJA corre o risco de se tornar um "vazio" no horário escolar ou uma repetição de práticas esportivas descontextualizadas. O desafio, portanto, reside em superar a visão de que essa disciplina é um luxo ou um descanso, reafirmando como um espaço essencial para a apropriação de conhecimentos sobre o corpo, o autocuidado e o direito ao acesso às manifestações da cultura corporal, historicamente negadas a esse público.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo central investigar de que maneira a prática orientada de Educação Física atua como um fator determinante para a permanência e o bem-estar do aluno da EJA na cidade de São Paulo. Busca-se analisar como uma intervenção pedagógica consciente e adaptada às necessidades do público trabalhador paulistano pode mitigar os índices de evasão escolar, comuns nesta modalidade.

A relevância deste estudo fundamenta-se na urgente necessidade de discutir políticas públicas de lazer e saúde que alcancem efetivamente a população adulta e idosa da capital paulista. Em uma metrópole marcada por desigualdades socioespaciais e por rotinas de trabalho desgastantes, a escola torna-se o único equipamento público de acesso ao conhecimento sistematizado sobre o corpo. Justifica-se, portanto, a investigação sobre como a Educação Física pode romper a lógica do "corpo-máquina", oferecendo ao aluno trabalhador não apenas um conteúdo escolar, mas uma estratégia de promoção de saúde e um espaço de fruição cultural que é escasso no cotidiano urbano de São Paulo.

O PERFIL DO ALUNO DA EJA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Compreender a EJA na capital paulista exige, antes de tudo, dar rosto aos números que compõem as salas de aula noturnas. O aluno da EJA em São Paulo é, em sua essência, o sujeito trabalhador que enfrenta o fenômeno da pendularidade urbana, ou seja, longos deslocamentos entre a periferia e o centro e que chega à escola carregando o cansaço de uma jornada laboral que muitas vezes ultrapassa as oito horas regulamentares. Esse estudante carrega uma visão de que o autocuidado é secundário frente às

necessidades de sobrevivência. Segundo Balaguer et al. (2022), embora esses discentes percebam a importância de cuidar de si, a escassez de tempo e as limitações financeiras costumam comprometer a atenção dedicada ao próprio corpo. Ele também vê no ambiente escolar não apenas um meio de ascensão profissional, mas um espaço de resgate da dignidade e de pertencimento a uma cidade que, rotineiramente, o invisibiliza. Assim, o diploma representa o fechamento de um ciclo de negações e a abertura de novas possibilidades de leitura do mundo.

Somado a esse perfil, destaca-se a presença significativa das mulheres e donas de casa que retornam aos bancos escolares após décadas dedicadas exclusivamente ao cuidado da família e dos filhos. Para este público, o retorno à escola é um ato de emancipação. Em São Paulo, esse fenômeno é marcado pela interseccionalidade, onde questões de gênero, raça e classe se cruzam, revelando que a exclusão escolar anterior foi, muitas vezes, fruto de uma estrutura social que priorizou a sobrevivência imediata em detrimento do desenvolvimento intelectual. Esse retorno é permeado pelo desafio de conciliar o "trabalho invisível" do lar com a exigência cognitiva dos estudos, transformando a escola em um território de resistência e reafirmação da identidade feminina.

Nesse contexto, o Currículo da Cidade: Educação de Jovens e Adultos (SÃO PAULO, 2019) surgem como um balizador fundamental para orientar as práticas pedagógicas. Diferente de currículos lineares e engessados, as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para a EJA propõem uma escuta ativa das trajetórias de vida desses alunos. O documento reconhece a necessidade de uma educação que faça sentido para o adulto, pautada nos conceitos de Educação Integral e Equidade. Ao focar nos "Saberes e Aprendizagens" específicos para esta modalidade, o currículo paulistano busca romper com o infantilismo escolar, validando as experiências prévias do aluno e transformando o ambiente de aprendizagem em um espaço de diálogo crítico sobre a realidade urbana e os direitos de cidadania.

A complexidade desse perfil se acentua ao considerarmos que o aluno da EJA em São Paulo é o principal afetado pelas crises de mobilidade e segurança pública da metrópole. O trajeto entre o trabalho e a escola muitas vezes é marcado por obstáculos que transcendem a vontade individual, como o transporte público precário e a sensação de insegurança que permeia as periferias paulistanas no período noturno. Para superar a invisibilidade desses sujeitos, é necessário que o ensino dialogue com suas trajetórias. Andrade Júnior et al. (2021) reforçam que a Educação Física na EJA deve partir das falas e realidades dos estudantes, evitando modelos de ensino que ignorem sua bagagem de vida. Assim, a permanência desse estudante em sala de aula não depende apenas de sua motivação pessoal, mas de um ambiente escolar que compreenda suas limitações temporais e físicas. O currículo, portanto, precisa ser um instrumento de acolhimento que faça o tempo de estudo ser percebido não como uma carga adicional de esforço, mas como um momento de revitalização e apropriação de direitos.

BENEFÍCIOS FISIOLÓGICOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ENVELHECIMENTO

A presença significativa de idosos e adultos em processo de envelhecimento nas salas de aula da EJA em São Paulo traz à tona a necessidade premente de discutir a saúde sob a ótica da prevenção e da manutenção da funcionalidade. Para esse público, a Educação Física deixa de ser uma disciplina meramente curricular para se tornar uma ferramenta de intervenção em saúde pública.

A abordagem da saúde na EJA ainda enfrenta o desafio de superar visões limitadas. Como observa Costa et al. (2016), o discurso biologicista ainda é presente nas concepções dos professores de Educação Física, o que pode restringir a compreensão de saúde apenas à ausência de doenças, mas esse cenário deve mudar. A prática de atividades físicas orientadas atua diretamente na prevenção e no controle de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como a hipertensão arterial e o diabetes mellitus, condições extremamente prevalentes em populações que enfrentaram décadas de vulnerabilidade social, má alimentação e estresse crônico. O exercício físico auxilia na regulação glicêmica e na melhoria da eficiência cardiovascular, reduzindo a dependên-

cia medicamentosa e promovendo uma longevidade com maior autonomia.
Além do controle metabólico, a Educação Física na EJA desempenha um papel crucial na preservação da mobilidade e da saúde musculoesquelética. Muitos desses alunos passaram a vida executando atividades laborais pesadas, como o trabalho na construção civil, serviços de limpeza e carregamento de carga, que sobrecarregam as articulações e podem levar a quadros de dor crônica e sarcopenia (perda de massa muscular). O fortalecimento muscular orientado e o trabalho de flexibilidade e equilíbrio são essenciais para contrapor os danos causados por posturas viciosas e pelo esforço repetitivo. Ao melhorar a consciência corporal e a força funcional, a disciplina oferece ao aluno idoso a capacidade de realizar suas tarefas diárias com menos dor e menor risco de quedas, garantindo que o envelhecimento não seja sinônimo de imobilidade.
Por fim, é preciso interpretar esses benefícios fisiológicos como uma forma de resistência ao desgaste imposto pela lógica produtivista da metrópole. Balaguer et al. (2022) destacam que muitas vezes, os temas de saúde trabalhados em aula parecem desconectados do dia a dia do aluno trabalhador. Quando a escola proporciona o acesso ao exercício orientado, ela está, na verdade, devolvendo ao trabalhador a gestão sobre o próprio corpo. O bem-estar físico gerado pela atividade regular reflete-se diretamente na disposição para o estudo e na redução do absenteísmo escolar causado por problemas de saúde.
Assim, a promoção da saúde no contexto da EJA transcende o aspecto biológico: ela é uma condição básica para que o aluno continue enxergando a si mesmo como um sujeito ativo, capaz de aprender, circular pela cidade e desfrutar da vida de forma plena, independentemente da idade.

A DIMENSÃO PSICOLÓGICA E SOCIAL: COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A Educação Física na EJA deve ser compreendida como um dos principais dispositivos de acolhimento emocional dentro da estrutura escolar. Para o aluno que chega à sala de aula após uma rotina de pressões laborais e privações, a escola muitas vezes é percebida como mais um ambiente de cobrança intelectual e exaustão. Nesse contexto, a aula de Educação Física surge como um "respiro" pedagógico, onde a ludicidade e o movimento permitem a liberação de endorfina e dopamina, combatendo diretamente os altos níveis de estresse e ansiedade acumulados ao longo do dia. Ao proporcionar um momento de prazer e descontração, a disciplina altera a percepção do aluno sobre o ambiente escolar, transformando-o de um local de obrigação em um espaço de bem-estar.
Além do alívio fisiológico do estresse, a dimensão social dessas aulas é um antídoto poderoso contra a evasão escolar. A prática de atividades coletivas, jogos e esportes adaptados fomenta a criação de laços de amizade e solidariedade que dificilmente se estabeleceriam de forma tão rápida em ambientes estritamente teóricos. Na quadra ou no pátio, as hierarquias sociais se diluem e o aluno passa a se sentir parte de um grupo. Esse senso de pertencimento é crucial: o estudante deixa de frequentar a escola apenas pelo conteúdo e passa a ir também pelo encontro com o outro, criando uma rede de apoio interpessoal que o motiva a comparecer às aulas mesmo nos dias de maior cansaço.
O esporte e a atividade física, quando orientados por uma perspectiva inclusiva, também atuam na reconstrução da autoestima desse sujeito. Muitos alunos da EJA carregam traumas escolares e uma sensação de incapacidade gerada pela exclusão pretérita. Ao vivenciar o sucesso em uma atividade física, aprender uma nova habilidade motora ou simplesmente participar de um jogo onde suas experiências de vida são valorizadas, o aluno ressignifica sua relação com o aprender. Ele percebe que seu corpo e sua mente ainda são potentes e capazes de superar desafios, uma percepção que transborda para as outras disciplinas e fortalece sua resiliência diante das dificuldades do processo de escolarização.
Sob a ótica crítico-interpretativa, a Educação Física atua como uma ferramenta de humanização do currículo. Em uma cidade fria e impessoal como São Paulo, onde o trabalhador é frequentemente tratado como uma peça descartável na engrenagem produtiva, o espaço de lazer orientado na escola oferece o direito à alegria e ao jogo. Quando o professor

propõe uma atividade que estimula o riso, a cooperação e a expressão corporal, ele está validando a humanidade desse aluno. Esse acolhimento subjetivo é o que muitas vezes impede o abandono, pois a escola passa a ser vista como um território de proteção e cuidado, onde o indivíduo é visto em sua totalidade, e não apenas como um CPF em uma lista de chamada.
É imperativo reconhecer que a permanência do aluno na EJA está intrinsecamente ligada à sua saúde mental. A Educação Física, ao promover a integração social e a redução da carga psicológica negativa, funciona como uma estratégia de gestão da permanência. Reduzir a evasão não é apenas uma questão de currículo forte em Língua Portuguesa ou Matemática, mas de garantir que o aluno queira estar naquele espaço. Ao transformar a prática corporal em um momento de celebração e encontro, a escola cumpre sua função social mais nobre: a de ser um lugar onde a vida acontece com dignidade, prazer e esperança de futuro.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DIREITO E CIDADANIA

De acordo com Costa et al. (2016), é preciso integrar as dimensões sociais e políticas nas aulas para que o aluno da EJA se reconheça como cidadão pleno e ativo na sociedade. Para além dos ganhos em saúde e sociabilização, a Educação Física na EJA deve ser compreendida como a garantia de acesso à cultura corporal de movimento. No ensaio, entende-se que o corpo não é apenas biologia, mas uma construção histórica e cultural. Ao longo de suas trajetórias de exclusão, muitos alunos da EJA foram privados do acesso a manifestações como a dança, as lutas, os jogos e as práticas circenses, sejam pela falta de tempo, de recursos financeiros ou pela ausência de equipamentos públicos de lazer em seus territórios. Portanto, oferecer esses conteúdos em sala de aula é um ato de justiça curricular que devolve a esses sujeitos o direito de usufruir do patrimônio cultural da humanidade.
A prática pedagógica, nesse sentido, rompe com a visão utilitarista do "corpo ferramenta" destinado apenas ao trabalho produtivo. Quando um aluno da EJA vivencia uma aula de dança ou de capoeira, ele está exercendo o seu direito ao corpo e ao prazer estético, algo que lhe foi negado sistematicamente em uma sociedade que valoriza o corpo do trabalhador apenas enquanto ele é capaz de gerar lucro. A escola torna-se, então, o espaço onde esse cidadão descobre que seu corpo também serve para a arte, para a expressão e para o lazer contemplativo. Essa mudança de perspectiva é um pilar fundamental da cidadania, pois permite que o indivíduo se reconheça como um ser integral, merecedor de experiências que transcendem a mera sobrevivência.
A análise dessa dimensão revela que a Educação Física funciona como um mecanismo de empoderamento social. Ao dominar novas práticas corporais, o aluno amplia seu repertório de atuação na cidade. Ele passa a se sentir pertencente a espaços que antes considerava "proibidos" ou alheios à sua realidade, como parques, centros culturais e SESCs. O acesso à cultura corporal de movimento instrumentaliza o sujeito para que ele ocupe o espaço urbano de São Paulo não apenas como alguém que transita entre casa e trabalho, mas como um cidadão que reivindica seu direito ao lazer e à fruição da vida urbana em todas as suas possibilidades.
Andrade Júnior et al. (2021) apontam que para a Educação Física tornar-se de fato um exercício de cidadania, o professor precisa mediar o conhecimento de forma contextualizada. advertem que a prática não pode ser reduzida a um simples 'passar o tempo', sob o risco de esvaziar o sentido político da modalidade. Portanto, tratar a Educação Física como direito é reconhecer que a cidadania não se faz apenas com o voto ou com o domínio da escrita, mas com a capacidade de se expressar e se manifestar no mundo através do corpo. Na EJA, cada nova descoberta motora ou cultural é uma pequena vitória contra o histórico de opressão. Garantir que esses alunos dancem, lutem e brinquem na escola é reafirmar que o lazer é um direito social constitucional, e que a educação, para ser verdadeiramente libertadora, precisa passar pela emancipação do corpo e pela democratização de todas as formas de cultura.

METODOLOGIA

A presente investigação organiza-se como um ensaio teórico de natureza crítico interpretativa, pautado na articula-

ção entre referenciais teóricos da Educação Física Crítica, da saúde coletiva e da Educação Popular. Diferente de estudos empíricos baseados em coleta de dados primários, este ensaio propõe uma reflexão analítica que busca interpretar a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não como um componente curricular isolado, mas como um direito fundamental à saúde, ao lazer e à cultura corporal. O percurso metodológico fundamenta-se na análise de documentos normativos da cidade de São Paulo e na revisão bibliográfica, visando construir uma compreensão sobre como a prática corporal orientada pode atuar no combate à exclusão escolar e na promoção da dignidade do aluno trabalhador.
Como parte desse movimento analítico, realizou-se uma análise documental crítica dos Currículos da Cidade (SME-SP) e de diretrizes que regem a EJA no município, buscando identificar as concepções de corpo e movimento que sustentam as políticas públicas atuais. A análise desses documentos foi articulada a uma revisão de literatura que dialoga com as singularidades do público da EJA (majoritariamente composto por trabalhadores e idosos), visando compreender de que maneira a Educação Física é mobilizada (ou negligenciada) frente aos desafios da permanência escolar e da promoção da saúde no envelhecimento.
No que concerne ao levantamento bibliográfico, a busca pelas produções científicas foi realizada por meio de indexadores e bases de dados de relevância acadêmica, tais como o Scielo e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando cruzamentos entre descritores chaves como "Educação de Jovens e Adultos", "Educação Física Escolar" e "Saúde do Trabalhador". Foram priorizados artigos de periódicos revisados por pares, teses e dissertações que apresentassem aderência temática direta com as especificidades da EJA e com o contexto das políticas educacionais paulistanas. Esse mapeamento bibliográfico minucioso permitiu confrontar diferentes achados da literatura, garantindo a sustentação teórica necessária para tensionar o papel da cultura corporal diante do desgaste laboral e do envelhecimento da população estudantil.
O desenvolvimento também se inspira no itinerário metodológico proposto por Freire (1996), especialmente no que tange à investigação de "temas geradores" que emergem da realidade vivida pelos sujeitos. Nessa perspectiva, a análise parte da identificação de núcleos de sentido presentes na rotina do aluno da EJA paulistana, como o cansaço do trabalho, a busca pela saúde e a necessidade de espaços de pertencimento social. Esses temas são analisados à luz de um movimento interpretativo que envolve o desvelamento crítico da realidade, permitindo ampliar a compreensão sobre as relações entre o corpo que trabalha, o corpo que estuda e o corpo que reivindica o direito ao lazer.
Nesse horizonte, a prática da Educação Física é compreendida não apenas como uma técnica de exercício, mas como um círculo de cultura em movimento. Ao valorizar a escuta das trajetórias de vida e a problematização das condições de saúde dos estudantes, a disciplina constitui-se como um espaço político-pedagógico de produção de sentidos. Assim, o método aqui empregado busca superar a visão meramente biológica da atividade física, defendendo-a como uma ferramenta de emancipação social e de garantia de cidadania para aqueles que foram historicamente excluídos dos bens culturais e educacionais.
Cumpre destacar que, por tratar-se de um ensaio teórico e documental baseado em fontes de acesso público, este estudo dispensa a submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, nos termos das resoluções vigentes. Todavia, reitera-se o compromisso ético e epistemológico com a fidedignidade na análise das fontes normativas e com o respeito estrito às categorias conceituais dos autores referenciados. Longe de buscar uma neutralidade axiológica, a postura interpretativa aqui assumida reconhece a intencionalidade política da pesquisa engajada, cujo rigor científico reside na coerência lógica de sua argumentação e na capacidade de desvelar criticamente as contradições que permeiam o direito ao corpo e à educação na periferia do capitalismo contemporâneo.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste ensaio permite concluir que a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, especificamente no contexto da cidade de São Paulo, transcende a mera execução de exercícios físicos, configurando-se como

uma potente ferramenta de inclusão social e reparação histórica. Ao romper com a visão reducionista que a limita ao status de recreação ou ao adestramento biológico do corpo, a disciplina assume seu papel pedagógico de garantir ao aluno trabalhador o acesso ao patrimônio da cultura corporal, direito este frequentemente negado ao longo de suas trajetórias de vida. Na metrópole paulistana, a prática orientada torna-se um ato de resistência contra a lógica do "corpo-máquina", devolvendo ao sujeito a dignidade e a autonomia sobre sua própria corporalidade.

A transformação da Educação Física em um componente verdadeiramente emancipador na EJA requer, de forma indissociável, uma política continua de formação docente voltada às especificidades dessa modalidade. Não basta reestruturar os espaços físicos se o corpo docente não for subsidiado com formações que discutam a gerontologia, a saúde do trabalhador e as metodologias da Educação Popular. Os professores da rede municipal precisam de espaços institucionalizados de reflexão para superar o modelo esportivista tradicional e infantilizado, capacitando-se para mediar conteúdos de forma contextualizada e acolhedora, que dialogue diretamente com o cansaço e a bagagem histórica trazida pelo educando no período noturno.

Para que esse potencial emancipador seja plenamente realizado, é imperativo que o poder público municipal avance na garantia de infraestrutura adequada nas escolas da rede SME-SP. A efetivação dos Currículos da Cidade exige espaços físicos acessíveis, materiais diversificados e equipamentos que permitam o desenvolvimento de práticas como a dança, as lutas e os esportes adaptados no período noturno. Sem o investimento em condições materiais que acolham as especificidades físicas e temporais do aluno adulto e idoso, a Educação Física corre o risco de permanecer à margem do currículo, silenciando uma das vias mais eficazes de humanização escolar.

Sob essa ótica, a garantia da permanência e do bem-estar do aluno da EJA em São Paulo não se limita aos muros da escola, exigindo uma articulação intersetorial das políticas públicas na metrópole. A Educação Física cumpre seu papel de promoção de saúde e cidadania de forma mais eficaz quando integrada a ações municipais que facilitem a mobilidade urbana segura e o acesso gratuito à equipamentos de lazer e cultura nas periferias. Romper a lógica do "corpo-máquina" demanda compreender o estudante em sua totalidade urbana, onde o direito ao movimento e ao autocuidado pedagógico na escola deve ser sustentado por uma cidade que também acolha e proteja o trabalhador em seu trânsito diário.

Reconhecendo o caráter ensaístico e teórico desta investigação, cumpre apontar a necessidade de que futuros estudos avancem para o campo empírico, escutando diretamente as vozes e narrativas dos próprios discentes e docentes da EJA paulistana. Pesquisas de campo, de cunho cartográfico ou de pesquisa-ação, serão fundamentais para diagnosticar de forma precisa o real estado da infraestrutura das quadras escolares no período noturno e o impacto subjetivo gerado pelas dispensas facultativas previstas em lei. Esse aprofundamento factual será crucial para subsidiar o monitoramento e o constante aperfeiçoamento das diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, reafirma-se que a prática da Educação Física contribui diretamente para a qualidade de vida e o sucesso escolar desse público. Ao promover o bem-estar fisiológico, combater o estresse da jornada laboral e fomentar laços de pertencimento, a disciplina atua como um antídoto contra a evasão, motivando o estudante a permanecer no sistema de ensino. Em suma, garantir uma Educação Física de qualidade na EJA é reconhecer que o lazer e a saúde são direitos indissociáveis da cidadania, essenciais para que a educação se torne, de fato, um processo libertador e transformador na vida dos cidadãos paulistanos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, Sergio Henrique Noblat de et al. O ensino da educação física na EJA: uma análise a partir de falas dos professores. Movimento, Porto Alegre, v. 27, e27074, 2021.

BALAGUER, Clarissa Gimenes et al. Educação física no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos: (im) possibilidades pedagógicas sobre o corpo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 48, e253457, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

COSTA, Julio Cesar Gomes da; SOUZA, Cláudia Teresa Vieira de; CARVALHO, Rosa Malena de Araújo. Atuação docente em Educação Física escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): ações de Promoção da Saúde. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 38, n. 1, p. 1-8, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da cidade: Educação de Jovens e Adultos: Educação Física. São Paulo: SME/COPED, 2019.